

A MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, A COMUNIDADE E A ESCOLA RURAL ESTADUAL DE GUARAGUAÇU

Candida Helena Alves Pereira¹

Resumo

A Escola Rural Estadual de Guaraguaçu, localizada em Pontal do Paraná-PR, era o local de práticas culturais comunitárias, e tinha um significado especial para a comunidade caiçara do Bairro Guaraguaçu. Remanescentes da colonização da região desenvolveram-se às margens do Rio Guaraguaçu, de onde alguns tiram seu sustento até os dias atuais. Depois da Municipalização da Educação Infantil, a Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná interditou a escola para reforma, em 2006. No mesmo ano, sob protestos e panelaço dos moradores, a escola foi demolida. Os alunos foram transferidos para outras escolas da área urbana do Município. Este estudo de caso realizado na comunidade Rural do Guaraguaçu, objetiva compreender o processo de municipalização da educação no Brasil, identificar os impactos da municipalização da educação nas Escolas Rurais do Paraná e resgatar a história da Escola Rural Estadual de Guaraguaçu, ainda presente na memória caiçara da localidade. O encaminhamento metodológico caracteriza-se como exploratório-descritivo e análise de dados da Escola Rural Estadual de Guaraguaçu até 2006, norteado por pesquisa bibliográfica, iconográfica e documental exploratória, além do embasamento teórico de Araújo (2010) e Melo, Fernandes e Oliveira (2017) que pontuam sobre as questões da municipalização da educação; Maia, Cordeiro e Carvalho (2019) e Santos (2003) que tratam sobre o processo de municipalização da educação no Estado do Paraná, e; Ramos (2017), que apresenta um panorama sobre a comunidade rural do Guaraguaçu e suas práticas. Contudo, evidencia-se que, passados mais de quinze anos após a demolição, a comunidade luta pela reabertura da escola até hoje.

Palavras-chave: Municipalização da Educação; Escola Rural Estadual de Guaraguaçu; História e Memória.

THE MUNICIPALIZATION OF EDUCATION, THE COMMUNITY AND THE STATE RURAL SCHOOL OF GUARAGUAÇU

Abstract

The Escola Rural Estadual de Guaraguaçu, located in Pontal do Paraná-PR, was the place of community cultural practices, and had a special meaning for the caiçara community from the Guaraguaçu neighborhood. Remnants of the colonization of the region, they developed along the shore of the Guaraguaçu River, from where some of them gets their income even today. After the Municipalization of Early Childhood Education, the Pontal do Paraná Town Hall close off the school building for renovation in 2006. In the same year, under protests and outcry from the residents, the school was demolished. The students were transferred to other schools in the urban area of the town. This case study conducted in the Rural community of Guaraguaçu, it aims to understand the process of municipalization of education in Brazil, to identify the impacts of the municipalization of education in the Rural Schools of Paraná, and to rescue the history of the Escola Rural Estadual de Guaraguaçu, which is still present in the caiçara memory of the region. The methodological route is characterized as exploratory-descriptive and data analysis of the Escola Rural Estadual de Guaraguaçu until 2006, guided by bibliographic, iconographic and exploratory documentary research, in addition to the theoretical foundation of Araújo (2010) and Melo, Fernandes And Oliveira (2017) that point out about the municipalization of education; Maia, Cordeiro and Carvalho (2019) and Santos (2003) speak of the process of municipalization of education in the State of Paraná,

¹ Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Email: helenapereirats@gmail.com

and; Ramos (2017), who presents an overview of the rural community of Guaraguaçu and its practices. However, it is evidence, after more than fifteen years of the demolition, the community fights for the reopening of the school to this day.

Keywords: Municipalization of Education; Escola Rural Estadual de Guaraguaçu; History and Memory.

Introdução

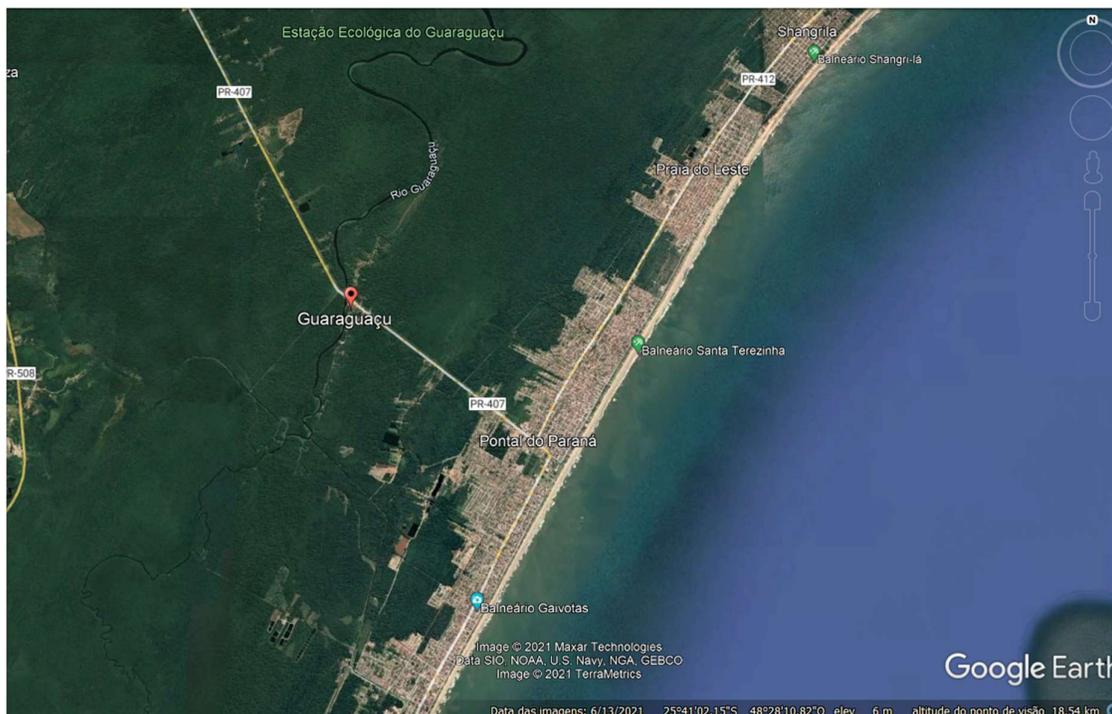
Esta pesquisa buscou elucidar os caminhos da descentralização, promovida pela Municipalização da Educação no Brasil, que levou ao processo de nucleação e fechamento da Escola Rural Estadual de Guaraguaçu.

O Guaraguaçu é um bairro rural caiçara da cidade de Pontal do Paraná – PR. A comunidade, que conta hoje com aproximadamente 400 famílias, tem em sua maioria nativos caiçaras² descendentes da ocupação deste espaço a mais de 150 anos (RAMOS, 2017).

O Bairro é cortado pela PR 407, Rodovia Argus Thá Heyn e fica no entorno da Estação Ecológica do Guaraguaçu, como pode ser observado na Figura. 1.

² “O caiçara foi definido pelos elementos culturais e sociais que resultaram da miscigenação, em todas as suas formas, entre as populações indígenas - de onde deriva a parte da linhagem e dos instrumentos de caça e pesca -, portuguesa - de onde as festas e as músicas - e negras que habitavam o litoral, além dos piratas europeus. [...] Seu território marítimo se amplia, principalmente com a introdução dos barcos motorizados. Relativamente autônomos quanto ao próprio sustento, os caiçaras mantinham e mantêm uma relação de dependência com a cidade. Com a penetração capitalista na pesca, a mercantilização de suas terras pela especulação imobiliária, que passam a pertencer a turistas, o aumento da participação do setor de serviços em suas atividades econômicas (trabalham em serviços domésticos, na construção civil, etc.) e a implantação de infra-estrutura como estradas, quebra-se sua relativa economia, forçando a sua incorporação a um extrato social subalterno da economia capitalista. Esse processo se verifica ao longo do litoral brasileiro, em comunidades de pescadores, mesmo em áreas mais isoladas [...] Caiçara, hoje, designa genericamente o habitante originário do litoral. A palavra tem origem no tupi-guarani e significa a estacada, o tapume, o cercado, a trincheira [...] remete às paliçadas que cercavam a aldeia para defende-la de investidas guerreiras” (VIANNA, 2008, p. 266).

Figura 1 - Bairro Guaraguaçu, Pontal do Paraná – PR – às margens do Rio Guaraguaçu.



Fonte: Google Earth (2021).

As famílias nativas desta localidade viviam do extrativismo. Porém, a partir de 1992 com o Decreto 1230/92 do Governo do Paraná, transformando parte da região em Estação Ecológica, ou seja, em área de proteção máxima, a comunidade alterou a forma econômica de subsistência, diminuindo os plantios de roça e criação de animais, levando os moradores a procurarem trabalho na cidade, afastando-os do rio, das práticas de pesca e da lida com a terra.

Na comunidade havia uma Escola Rural Estadual, de modalidade de ensino multisseriado, que funcionava desde os anos de 1960. A Escola Rural Estadual de Guaraguaçu, foi transformada em Escola Rural Municipal de Guaraguaçu no ano de 1998, devido ao processo de municipalização da educação.

Este estudo de caso, de caminho metodológico exploratório-descritivo, analisa dados coletados sobre a escola, valendo-se de relatos dos moradores, documentos e fotografias, para comprovar a existência da mesma, já que nos órgãos oficiais ligados à educação, tanto do Município de Pontal do Paraná, quanto do Núcleo Regional de Educação, não foram

encontrados sequer documentos que comprovassem sua existência. No entanto, os moradores que lutaram contra o fechamento desta escola ainda lutam pelo seu retorno.

Também foi analisado o Livro Ata da Associação Comunitária do Guaraguaçu (ACOMÇU), onde estão registradas as lutas dos moradores, discussões e promessas políticas de manter a escola presente no Bairro do Guaraguaçu.

Sobre os processos de municipalização da educação, Araújo (2010) e Melo, Fernandes e Oliveira (2017) contribuem ressaltando que foi um processo de afinamento com a internacionalização da educação; Maia, Cordeiro e Carvalho (2019) e Santos (2003) trazem luz sobre os questionamentos da nucleação e fechamento das escolas no Estado do Paraná; e Ramos (2017), complementa com um levantamento de dados que apresenta um panorama sobre a comunidade rural do Guaraguaçu e suas práticas.

Com este trabalho tem-se o objetivo central de compreender o processo de Municipalização da Educação no Brasil e também identificar os impactos da municipalização da educação nas Escolas Rurais do Paraná, bem como, resgatar a história da Escola Rural Estadual de Guaraguaçu, ainda presente na memória dos caiçaras da região.

A municipalização da educação e o impacto nas comunidades rurais

Panorama sobre a Municipalização como Política Pública de Gestão Educacional

O municipalismo no Brasil começa a tomar corpo com a Carta de 1946 que solicitava auxílio de renda aos municípios. A Campanha liderada por Rafael Xavier³ intencionava promover a autonomia dos municípios. Este processo culminou na criação da Associação Brasileira dos Municípios (ABM) e na luta pela tripla soberania (União, Estados e

³ Rafael Xavier exerceu importantes cargos, como diretor de Estatística do Estado de Pernambuco (1927-1931) e do Ministério da Agricultura (1933-1937); diretor de Divisão do Departamento Administrativo do Serviço Público (1938-1942); diretor do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE; diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura (1942-1949); secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística (1949-1951); diretor-executivo da Fundação Getúlio Vargas (1952); e membro do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria (1959), do Instituto Interamericano de Estatística, do Instituto Internacional de Estatística e do Comitê do Censo das Américas. Destacou-se, também, como um ativo colaborador do estatístico Mário Augusto Teixeira de Freitas, que idealizou, planejou e organizou a estatística brasileira.

Rafael Xavier foi um dos líderes do municipalismo no Brasil. Em 1945, após exaustiva peregrinação por todo território nacional, visitando inúmeras cidades das regiões brasileiras, conclamou as autoridades responsáveis a se unirem em um empreendimento voltado para o desenvolvimento e valorização dos municípios. No dia 15 de março de 1946, foi instalada, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Municípios, tendo à frente de sua comissão organizadora, Rafael Xavier, então diretor técnico do Serviço Nacional de Recenseamento (IBGE, 2021).

Municípios). O movimento foi silenciado durante o Regime Militar e retomado no período de redemocratização da política brasileira, consolidando-se com a Constituição Federal de 1988 - CF/88, nos artigos 1º e 18, que regem sobre a autonomia descentralizada para que as ações reflitam a vontade de seus municípios (MELO, ; FERNANDES; OLIVEIRA, 2017, p. 53-54).

Art.1º – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos.

Art. 18 – A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil

compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

A partir da CF/88, em teoria, surge a autonomia de gestão dos Estados e Municípios. Mas, para Melo, Fernandes e Oliveira (2017), o que se apresenta na realidade é a transferência de responsabilidades, como estratégia político-partidária para a manutenção do poder atual do Estado. Dessa maneira controversa, a descentralização chega à educação através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96. E, diferente do que o grande incentivador da municipalização do ensino Anísio Teixeira pretendia, a descentralização, cheia de idealismos, desconsidera os aspectos históricos e culturais e especificidades regionais da educação (MELO, FERNANDES e OLIVEIRA, 2017, p. 54-55).

Porém, verifica-se que antes mesmo da LDB 9394/96 ser implementada, o imaginário social já ansiava por tal democracia. Feldman (2017) comenta que a ideia de municipalizar a educação, remetia a um processo que ampliaria o acesso à educação e maior autonomia das camadas populares. O movimento iniciado em meados dos anos de 1980 impulsionou a política para a municipalização da educação e resultou na proposta da LDB 9394/96, a qual tem em suas premissas a responsabilização de oferta de educação pelos municípios. Desta forma, A LDB prevê em seu Artigo 11:

Os municípios incumbir-se-ão de:

I – Organizar, manter desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II – Exercer ação redistributiva em relação as suas escolas;

III – Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV – Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de seu sistema de ensino;

V – Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com periodicidade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de suas áreas de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único os municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica (BRASIL, 1996).

Com a Reforma do Estado Brasileiro⁴, em dezembro de 1996 foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEB e Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou de 1º de janeiro de 1998, até 31 de dezembro de 2006. (BRASIL. Ministério da Educação, c2017). Buscando a racionalidade técnica, ao passo que o FUNDEF se institui, diminuem-se consideravelmente os repasses de recursos voltados para políticas sociais (SANTOS, 2003, p. 259).

O resultado deste processo de gestão educacional foi o reducionismo e a falta de diálogo entre os poderes, bem como a predominância de dois polos carregados de ideologia, desviando os olhares das especificidades teórico conceituais (ARAUJO, 2010, p. 391). A partir de então, percebe-se a ruptura nas Políticas Públicas voltadas para a educação, deixando os municípios com a demanda crescente, sem recursos para promover a democratização da educação. O repasse de recursos da União para os municípios cai gradativamente, enquanto a demanda aumenta a cada ano.

⁴ [...] partir do século XIX, em especial nos países capitalistas mais avançados, a educação nacional, com seus avanços para uma educação democrática com orientação burguesa e fortalecedora do próprio Estado. As reformas educacionais virão em respostas às transformações amplas, seja do econômico ou do social. As condições que haviam se delineado para um modelo fordista demonstraram, entretanto, sérios sinais de esgotamento e novas políticas de austeridade monetária e fiscal foram acionadas, buscando-se reformas gerais propiciadoras de um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial. Paralelamente ao desmonte do Estado de bem-estar social e ao pacto social promovido por ele, busca-se construir uma nova ordem para o desenvolvimento do capital com implicações diretas nas esferas da cidadania e da educação. Instâncias sociais e de representação enfraquecem-se; agrava-se o desemprego estrutural e o fundo público, antes mantenedor de direitos, é reduzido drasticamente (SANFELICE, 2003).

A proposta de Reforma do Estado por meio das Políticas Públicas de Gestão Educacional engendradas no século XX, no formato da descentralização, traz a municipalização do ensino com intuito de atender as metas de crescimento econômico, com cursos voltados ao mercado de trabalho.

A municipalização, que em teoria, buscava atender mais de perto os cidadãos junto aos municípios, tornou-se privilégio de pequenos e seletos grupos que participavam das decisões municipais. Esta visão estreita por parte dos municípios, culminou no fechamento de muitas escolas da área rural. Desta forma, buscou-se conduzir a sociedade para um modo de vida voltado ao comércio e a industrialização, mitigando as forças das áreas rurais e comunidades tradicionais, através da falácia da importância da socialização desses indivíduos com a área urbana.

A política de nucleação e o fechamento das Escolas Rurais no Paraná

Com a pretensão de aproximação com o público-alvo, e, diante da descentralização e municipalização das entidades mantenedoras, os municípios acatam a proposta de autonomia na gestão educacional. A tarefa do poder público é garantir acesso de todos a uma educação de qualidade. As estruturas e currículos foram pensados para acolher a população socialmente vulnerável e garantir a emancipação e cidadania. No entanto, o pensamento neoliberal impregnado nas Políticas Públicas de Gestão Escolar, promoveu um “desenfreado movimento de fechamento das escolas do campo” (MAIA; CORDEIRO; CARVALHO, 2019, p. 1).

Os fechamentos levam o nome de **Política de Nucleação**⁵, com o intuito de suavizar os investimentos em educação nas comunidades rurais. O processo de nucleação começou a ser empreendido a partir dos anos de 1990, através de políticas administrativas para evitar gastos com manutenção. Os municípios com o orçamento sobrecarregado encontraram como solução financeira o fechamento de escolas. (ALVES, 2017, p. 43 apud MAIA; CORDEIRO; CARVALHO, 2019).

Maia, Cordeiro e Carvalho (2019) afirmam que a vida no campo se tornou difícil. Com a falta de incentivos e o êxodo rural, diminuiu-se a quantia de alunos nas escolas rurais

⁵ A prática da “nucleação” consiste em fechar, em uma determinada região, comunidade e local, uma das escolas, no caso, é selecionada aquela que possui o menor quantitativo de alunos, reunindo-os para a formação de apenas um núcleo maior em número de estudantes e infraestrutura (ALVES, 2017, p. 43 apud, MAIA, 2019).

e conseqüentemente nas classes multisseriadas. A modalidade de ensino multisseriada, depois de tantos acontecimentos, enfrentava o discurso da baixa qualidade de ensino, que também foi utilizado como justificativa para o fechamento das escolas. Não obstante, Santos (2003) referencia a pressão realizada sobre a educação paranaense através de consultorias e serviços de “Estudos e Pesquisas do Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná” contratado pelo Governo do Estado do Paraná, pago pelo Banco Mundial. A pesquisa buscava informações para embasar a municipalização da educação.

As alegações para o fechamento e nucleação das escolas são variadas: “baixo número de matrículas”, “má qualidade da educação multisseriada.”, “estrutura física deficitária do local de ensino”, dentre outras, que podem ser encontradas. No sentido em questão, as políticas de auxílio da União, que eram para ajudar os municípios diante das alegações, acabaram por servir apenas de complemento para os gastos com educação, já extrapolados frente as expectativas financeiras.

Neste sentido Guilherme e Tozetto (2012) comentam que:

[...] A afirmação desse traço que vem desenhando nossa identidade, é especialmente importante se levamos em conta que, na história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico, isto foi feito **para o meio rural** e muito poucas vezes **com os** ou **pelos sujeitos do campo**. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos. (GUILHERME; TOZETTO, 2012, p. 119, grifos da autora).

Segundo Maia, Cordeiro e Carvalho (2019), pesquisas apontam interesses no fechamento das escolas rurais, desde a negação do direito a educação, até aos interesses do latifúndio, ou do loteamento de áreas, de lógica particular e econômica, contribuindo para a migração dessas populações para os centros urbanos.

Guilherme e Tozetto (2012, p. 116) comentam que, em se tratando de Educação do Campo, os processos não fazem parte apenas da escola, mas sim, que a escola já é parte da consciência e da luta por seus direitos:

-Porque a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo;

-Porque o tipo de escola que está, ou nem está mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos sujeitos do campo;

-Porque a escola tem uma tarefa educativa fundamental, especialmente na formação das novas gerações;

-Porque a escola pode ser um espaço efetivo de fazer acontecer a Educação do Campo. (GUILHERME; TOZETTO, 2012, p. 116-117).

A escola por si só tem a perspectiva socializadora e humanizadora em sua essência. Neste sentido, deveria juntar os projetos político, educativo e social e pôr em prática o que os idealizadores da municipalização intentavam. Atender o público alvo em suas especificidades conforme suas características particulares e suas necessidades.

Reichenbach (2019), em importante e minucioso estudo, classifica as regiões do Paraná apontando as escolas do campo que foram fechadas e em quais cidades esse fechamento ocorreu. Apesar de contemplar várias escolas e cidades do Paraná, nem a cidade de Pontal do Paraná, nem a Escola Rural Estadual de Guaraguaçu é citada. A autora explica que o processo de fechamento se iniciou com a precarização, primeiramente da estrutura e depois do pedagógico. As especificidades da educação rural e da educação urbana foram esquecidas e niveladas, obrigando através da nucleação, que se fixasse apenas o parâmetro urbano de educação.

A Escola Rural Estadual de Guaraguaçu

Inicialmente a localidade do Guaraguaçu pertencia a Paranaguá e passou a fazer parte de Pontal do Paraná a partir de 20 de dezembro de 1995 com a emancipação do município.

Nesse período havia uma integração grande entre a comunidade e a escola, pois todos os eventos eram realizados no espaço escolar, tais como: casamento, missa, velório, festas típicas e outros. Assim como em outras localidades rurais pequenas, a escola era o centro da comunidade, juntamente com a igreja e muitas vezes as duas se fundiam, como foi o caso do Guaraguaçu. (RAMOS, 2017, p. 27).

A Escola Rural Estadual de Guaraguaçu fazia parte da comunidade que aproveitava deste espaço para diversos eventos. Em suas dependências realizavam-se reuniões

comunitárias, velórios, cursos diversos, festividades, além do ensino regular. Na Figura 2 pode-se observar a organização de uma festa na sala de aula para comemorar o Dia das Mães.

Figura 2 - Festividade do Dia das Mães – Escola Rural Estadual de Guaraguaçu [1980]



Desta forma, a escola cumpria seu papel de integradora e proporcionava perspectivas de práticas sociais e socializadoras dos hábitos culturais e tradições dos espaços rurais.

O ensino era multisseriado, caracterizado por uma sala onde ficavam alunos de 1ª a 4ª série. Esse formato de ensino, largamente criticado a partir dos anos de 1980, foi utilizado como um dos motivos do fechamento das escolas do campo no Brasil.

Figura 3 – Foto da sala de aula multisseriada



Fonte: Jornal Correio Atlântico, 20 de dezembro de 1999.

Com a emancipação de Pontal do Paraná, primeiramente ocorreu a transferência de jurisdição de Paranaguá para Pontal do Paraná das três escolas existentes nos domínios territoriais do município. Em 1997 o Governo do Estado do Paraná emitiu o parecer 277/97:

Pelo processo acima protocolado, a Chefia do NRE de Paranaguá, através do Ofício n. 007/97 – SEF, de 06/02/97, solicita mudança de jurisdição do Município de **Paranaguá** para o Município de **Pontal do Paraná**, das Escolas Estaduais abaixo relacionadas, mantidas pelo Governo do Estado do Paraná:

- Escola Rural Estadual de Grajaú;
- Escola Rural Estadual de Guaraguaçu;
- Escola Estadual de Praia de Leste – Ensino de 1. Grau

O presente pedido embasa-se na transferência de domínio territorial estabelecida pela Lei Estadual n. 11252, de 20 de dezembro de 1995, onde ficam anexadas ao Município de Pontal do Paraná as áreas em que estão instaladas as citadas Escolas Estaduais.

Isto posto e de acordo com a Deliberação n. 009/96, somo de Parecer favorável à mudança de jurisdição das escolas em tela, do Município de Paranaguá para o Município de Pontal do Paraná, propondo expedição de Resolução, nos termos do presente Parecer. Curitiba, 25 de fevereiro de 1997 (PARANÁ, PARECER 277/97, grifos do documento).

Este documento foi assinado pela Assessora Técnica Márcia Holzmann e pela então Coordenadora/CEF (Res.4021/95) Vera Nice Ferreira Pacca. O Parecer 277/97 embasou a

RESOLUÇÃO 897/97 da Secretaria de Estado da Educação assinada pela Diretora Geral Mirian de Fátima Zaninelli Wellner. O teor da RESOLUÇÃO 897/97 trata do seguinte tema:

A DIRETORIA GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das suas atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução n.10/95 de 16 de janeiro de 1995 e considerando os termos da Lei Federal n. 5692/71, os requisitos contidos nas Deliberações n.s09/96 e 51/82 ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer 277/97 da **COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**.

RESOLVE

Art. 1. – Autorizar a mudança de jurisdição das Escolas Estaduais abaixo relacionadas, mantidas pelo Governo do Estado do Paraná, do Município de Paranaguá para o Município de Pontal do Paraná, ambas do NRE de Paranaguá:

- **Escola Rural Estadual de Grajaú;**
- **Escola Rural Estadual de Guaraguaçu;**
- **Escola Estadual de Praia de Leste – Ensino de 1. Grau.**

Art. 2. – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (PARANÁ, RESOLUÇÃO 897/97, grifos do documento).

As três escolas foram transferidas para a jurisdição da cidade de Pontal do Paraná no ano de 1997, no entanto, continuavam como Escolas Estaduais, até que em 1998, a RESOLUÇÃO 2.218/98 transferiu a entidade mantenedora da Escola Rural Estadual de Grajaú:

A DIRETORA GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução n. 10/95 de 16 de Janeiro de 1995, e considerando os termos da Lei Federal n. 9394/96, os requisitos contido nas Deliberações n.s 09/96 e 51/82 ambas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n. 689/98 da COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO e a Municipalização,

RESOLVE

ART. 1. – Autorizar a mudança de Entidade Mantenedora da ESCOLA RURAL ESTADUAL DE GRAJAU, do Município de Pontal do Paraná, NRE Paranaguá, mantida pelo Governo do Estado do Paraná, para a Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, a partir de 1998.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em decorrência do caput do artigo, a escola acima mencionada passou a denominar-se ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE GRAJAU.

ART. 2. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (RESOLUÇÃO N.2.218/98).

Como este é o único fragmento de documento que tivemos contato, fica implícito para esta análise, que outras resoluções de igual teor e data foram assinadas para as transferências das outras duas escolas para a entidade mantenedora Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

Estes são os únicos documentos que se encontram de posse da Secretaria da Cultura de Pontal do Paraná e foram gentilmente fornecidos para cópia pela servidora Fernanda Mossanik da Silva Persegona.

Depois desta transferência ocorrida no ano de 1998, houve severa precarização dos prédios onde funcionavam as escolas e, posteriormente, dos recursos humanos e pedagógicos. O desmonte foi ocorrendo aos poucos, e nenhuma das três escolas existe na atualidade.

As escolas do campo foram aos poucos sendo abandonadas. Desta forma aconteceu com a Escola Rural Estadual de Guaraguaçu, na qual muitas vezes os moradores do bairro fizeram pequenas reformas para que ela pudesse continuar em atividade. Os moradores estudavam e cuidavam da escola (Figura 4).

Figura 4 - Mutirão dos moradores para construção do muro da escola. [Meados de 1980].



Essa manobra da Secretaria de Educação de Pontal do Paraná foi percebida pela comunidade do Bairro Guaraguaçu que atuava em Associação Comunitária do Guaraguaçu e cuidava da escola. Chamaram o então prefeito Rudisney Gimenes para conversar com os moradores na Reunião Ordinária de 14 de julho de 2005, a fim de dar explicações sobre os boatos de fechamento da escola. No dia da reunião, o prefeito enviou como seu Representante Legal o Sr. Wolney Moroz e o Sr. Fernando Marzo. Nas dependências da escola, deram explicações e garantias frente às testemunhas de que não fechariam a escola, que iriam fazer apenas uma reforma. Assim, foi registrado na Ata de n.20/2005:

Ata da 20ª reunião ordinária da ACOMÇU - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO GUARAGUAÇU, realizada aos quatorze dias do mês de julho de 2005 às 19 horas nas dependências da Escola Rural Municipal Francisco Antônio Vieira, situada a Rodovia Engenheiro Argus Tha Heyn, Km 14, Bairro Guaraguaçu, neste município. Estando presentes a diretoria da ACOMÇU, representando a prefeitura os senhores Fernando Marzo e Wolney Moroz, associados e a comunidade local para tratarem da seguinte ordem do dia: [vários assuntos]; **situação da escola que funciona em estado precário sendo necessário uma reforma ou construção de uma nova**. E, situação das bancas de banana; construção do posto de saúde; lei da permuta do terreno feito pela prefeitura e multas da Receita Federal. A senhora Luzia Cristina Ferreira Guimarães deu início a reunião convocando o primeiro tesoureiro a senhorita Daniele Ramos, primeira secretária a senhora Tatiane Godoy Carrilho e o presidente do Conselho Fiscal o senhor Cesino Ramos, para compor a mesa. Logo após, a presidente comentou com as autoridades da prefeitura presentes, sobre os boatos do possível fechamento da escola, construção do posto de saúde e fechamento das bancas, **em seguida passou a palavra para o Sr. Wolney Moroz (representante do senhor Prefeito Rudisney Gimenes), que explanou as seguintes intenções para a comunidade local; A Escola Rural Municipal Francisco Antônio Vieira passará por uma reforma ou novas instalações, no final do segundo semestre de 2005. Em hipótese alguma há intenção do senhor Prefeito de fechar a escola, e que continuará a ser oferecida no próprio Bairro do Guaraguaçu afastando a possibilidade das crianças serem transferidas para a escola Ezequiel Pinto da Silva localizada em Praia de Leste**. O projeto do posto de saúde no que se refere à sua construção, poderá ser ao lado da escola ou em outro lugar, tendo suas obras previstas para o ano de 2006. As bancas de banana e artesanato terão seu funcionamento garantido até que se dê início as obras do portal de Pontal do Paraná. Logo após a presidente da ACOMÇU agradeceu as explicações dadas pelo Sr. Wolney Moroz [...] (ACOMÇU, Ata n. 20/2005), grifo nosso.

Dona Nilza Santana dos Santos era Funcionária Pública Estadual - merendeira e zeladora, sendo a escola o seu primeiro emprego, morou nas dependências da escola logo após o seu casamento e lá, com seu esposo João Carlos Maria Dos Santos, teve os seus seis

filhos. Wanderlei Dos Santos (13/08/1966 - Wande), Luiz Carlos Dos Santos (24/01/1963 - Luizinho), Waldirene dos Santos Ramos Fortes, (30/01/1971 - Dire), Walmir Dos Santos (21/08/1974 - Moreco), Márcio Dos Santos (18/02/1977 - Marcinho) e Paulo Dos Santos (05/12/1979 - Paulinho). Dire, filha de dona Nilza, que trabalha atualmente no Centro de Educação Infantil - CMEI existente no Bairro Guaraguaçu, comenta que sua mãe era nativa da comunidade, trabalhou a vida toda na escola e se aposentou pelo Estado em 1996. Quando por algum motivo, os professores não conseguiam chegar para a aula, dona Nilza os acolhia e ensinava o que sabia. Dire compartilha uma foto da escola (Figura 5), antes da última reforma realizada em meados dos anos de 1980. (Waldirene dos Santos Ramos Fortes, 2021).

Figura 5 - Escola Estadual Rural do Guaraguaçu [1980]



Fonte: Waldirene dos Santos Ramos Fortes, 2021.

Quanto a demolição da escola, não se pode atribuir que causou apenas à separação da comunidade da sua maneira de viver. São muitos os processos socioespaciais, culturais, econômicos e ideológicos que levam a esta prática. As questões que permeiam o fechamento das escolas são muito mais complexas. O município de Pontal do Paraná, com o intuito de progresso como sinônimo de urbanização, cheio de ideologia política dominante, promoveu

o fechamento de escolas rurais, modificando as relações sociais das comunidades e sua forma de vida.

Devido à falta de informações e documentação, rumores apontam que a escola surgiu em meados dos anos de 1980. A comunidade contesta, e apresenta provas documentais e iconográficas que provam que a escola é anterior a esta data.

Em pesquisa realizada junto ao Núcleo Regional de Educação em Paranaguá, nos foi relatado completo desconhecimento sobre a existência da Escola Rural Estadual de Guaraguaçu e em busca realizada pelos funcionários do Núcleo, nenhum documento foi encontrado.

A pesquisa então foi direcionada para a Secretaria de Educação de Pontal do Paraná, que também nos informou total desconhecimento da existência da referida escola, afirmando não conter em seus arquivos nenhuma documentação a respeito.

No entanto, a comunidade apresenta fotos, boletins, transferências escolares e as atas da Associação Comunitária do Guaraguaçu – ACOMÇU, apontando a Escola Rural Estadual de Guaraguaçu. Como exemplo, o histórico escolar da moradora Conceição Vieira Ramos que estudou na então intitulada Escola Isolada do Guaraguaçu, conforme fragmento mostrado na Figura 6, datado de 1966.

Figura 6 – Histórico Escolar referenciando o funcionamento da Escola Rural Estadual de Guaraguaçu em 1966

ALUNO		CONCEIÇÃO VIEIRA RAMOS		CÓDIGO
SEXO	DATA DE NASCIMENTO	MUNICÍPIO	PARANAGUÁ	
F	5/6/1950	RG	6 963 297-1	
NACIONALIDADE	FILIAÇÃO	PAI	CERVINO JOSÉ RAMOS	
BRASILEIRA		MÃE	CONSTANCIA MARIA VIEIRA	
TOTAL DE HORAS	RESULTADO	SÍNTESE DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO		
		<p>0,0 a 4,9 = REPROVADO 5,0 a 10,0 = APROVADO Frequência Mínima Exigida Igual ou Superior a 75%</p> <p>Conforme Estabelecido em Regimento Escolar não haverá registro de notas nas disciplinas de Educação Artística, Educação Física e Ensino Religioso.</p>		
		ANO	LEI N.º	ESTABELECIMENTO
-	-	-	-	-
-	AP	1966	4 024/61	ESCOLA ISOLADA DO GUARAGUAÇU
				MUNICÍPIO
				PARANAGUÁ

Fonte: Conceição Vieira Ramos Constante (2021).

Desta forma, também como prova documental, pode-se observar na Figura 7, Boletim escolar em nome da escola.

Figura 7 – Boletim Escolar referenciando o funcionamento da Escola Rural Estadual de Guaraguaçu em 1980

IMPRENSA OFICIAL 013	 ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	
	BOLETIM ESCOLAR ENSINO DE 1º GRAU – 1ª À 4ª SÉRIE	
	<i>Escola Rural de Guaraguaçu</i> ESTABELECIMENTO DE ENSINO	
	<i>Guaraguaçu</i> LOCALIDADE	<i>Paraguaçu</i> MUNICÍPIO
	<i>Eraldo Alves</i> PROFESSOR(A)	<i>1980</i> ANO LETIVO <i>Genira</i> ALUNO(A)

Fonte: Marina Ramos Pereira (2021).

A então Escola Rural Municipal de Guaraguaçu fez parte da comunidade do Bairro Guaraguaçu, sendo mantida pelos moradores juntamente com o Poder Público.

Figura 8 – Formatura da Escola Rural Municipal de Guaraguaçu em 2001. Ao fundo Jacira Silveira, à frente professora Mariele Mendes Bastos e aluna Janice Alves de Santi



Fonte: Jacira Silveira (2021).

Nos seus últimos tempos, sob a Direção da Professora Jacira Silveira, grande incentivadora da educação, tornou o CMEI Francisco Antônio Vieira, que foi construído no local da escola, um ícone das práticas da educação voltada a comunidade caiçara e suas práticas. Assim o CMEI tornou-se referência no quesito educação infantil.

Encaminhamentos metodológicos

O encaminhamento metodológico caracteriza-se como exploratório-descritivo, realizando-se a análise dos dados da Escola Rural Estadual de Guaraguaçu do período de 1960 até 2006, norteado por pesquisa bibliográfica, iconográfica e documental exploratória, a qual foi empreendida na comunidade na busca de documentos e fotos que lembrassem a escola e nos órgãos educacionais competentes. O maior quantitativo de documentos referenciando a escola foi encontrado na Associação Comunitária do Guaraguaçu (ACOMÇU), em suas atas.

Também foram feitas pesquisas junto ao Núcleo de Educação – SEED – Paranaguá – do qual ouvimos dos respondentes desconhecer a existência da Escola Rural Estadual de Guaraguaçu e nos encaminharam para a Secretaria de Educação de Pontal do Paraná, que também alegou não ter conhecimento, nem comprovantes da existência da Escola Rural Municipal de Guaraguaçu.

O embasamento teórico de Araújo (2010) e Melo, Fernandes e Oliveira (2017) ajudam a compreender sobre as questões da municipalização da educação; Maia, Cordeiro e Carvalho (2019) e Santos (2003) tratam sobre o processo de municipalização da educação e o fechamento das escolas no Estado do Paraná, e Ramos (2017), caiçara, nativa da localidade, em sua pesquisa de pós-graduação em Questão Social pela UFPR, iniciou levantamento de dados e apresenta um panorama sobre a comunidade rural do Guaraguaçu e suas práticas em seu trabalho de conclusão do curso de especialização. Este estudo de caso realizado na comunidade rural do Guaraguaçu, objetiva compreender o processo de Municipalização da Educação no Brasil, identificar os impactos da municipalização da educação nas Escolas Rurais do Paraná e resgatar a história da Escola Rural Estadual de Guaraguaçu, ainda presente na memória caiçara da localidade.

Considerações finais

A partir de 1950, a industrialização começa a chegar no Brasil juntamente com investimentos de capital internacional. Nesse período embrionava o municipalismo no Brasil com intenção de dar mais autonomia aos Estados e Municípios. O movimento organizado neste período arrefeceu-se durante o período da ditadura militar, voltando a se fortalecer no período da redemocratização. A pretensão era conquistar auxílio financeiro da União para suprir as demandas conforme as regionalidades e especificidades (ARAUJO, 2010).

O movimento de redemocratização, iniciado em meados dos anos de 1980, impulsionou a municipalização da educação, concretizada na LDB 9394/96. Com a Municipalização da Educação no Brasil, as ideias pretendidas eram atender mais de perto as necessidades dos moradores de cada município. Porém, os recursos destinados aos municípios não eram condizentes com a demanda.

Ademais, pairava no ar a ansiedade pelo progresso pautado na urbanização. Desta forma o campo perdeu subsídios e o êxodo rural ficou mais intenso. Somado-se a isso, o ensino multisseriado praticado nas escolas rurais, sofria críticas de que era um ensino de má qualidade.

Os municípios embevecidos de ideologias neoliberais e acarretados de despesas optaram pela precarização da educação do campo, abandonando as escolas em suas estruturas físicas e pedagógicas.

Posteriormente, para evitarem mais custo, já que havia se tornado entidade mantenedora das escolas de ensino básico, os Municípios começam um desenfreado movimento de fechamento das escolas rurais por todo o Brasil. A municipalização que prometia democracia e aproximação com o público-alvo, diante da municipalização das responsabilidades e da tarefa de garantir acesso de todos a uma educação de qualidade, forjava novas estruturas e currículos para acolher a população socialmente vulnerável e garantir a emancipação e cidadania. Com esta proposta, o Estado do Paraná não ficou de fora da empreitada, fechando centenas de escolas e nivelando o ensino para o patamar urbano, sem considerar as especificidades da população do campo.

A descentralização da educação, promovida pela Municipalização da Educação no Brasil, levou também, ao fechamento da Escola Rural Estadual de Guaraguaçu em Pontal do Paraná. A comunidade do Guaraguaçu através da Associação Comunitária do Guaraguaçu

(ACOMÇU), entidade muito atuante, registrou em suas atas, a luta pela permanência da escola, e até os dias de hoje pelo seu retorno.

Vários são os fatores que levam os moradores a reivindicarem a volta da Escola para a comunidade. – A escola era um espaço comunitário onde eram realizados encontros, reuniões, assembleias, festas e até velórios. Na ausência deste espaço comunitário, até a Associação Comunitária do Guaraguaçu – ACOMÇU tem problemas para se reunir. Além de que, para estudar, as crianças têm que sair do bairro, enfrentando viagem de ônibus, o que causa preocupação a seus pais e à toda comunidade. Contudo, ainda há o questionamento da educação urbana que não compreende o modo de vida e de pensar do caiçara.

As autoras deste trabalho, moradoras e ex-moradoras do Bairro Guaraguaçu, ressaltam que o levantamento sobre o histórico da Escola Rural Estadual de Guaraguaçu revelou que nem no Núcleo de Educação em Paranaguá- PR, nem a Secretaria de Educação de Pontal do Paraná dispõem de documentação que referencie a escola ou seu legado. Sendo assim, buscamos com este trabalho manter viva não somente a luta dos moradores, como também a história e memória deste espaço comunitário.

Referências bibliográficas

ACOMÇU. **Associação Comunitária do Guaraguaçu**. Estatuto. Protocolado nº 0003609. Registrado nº 0000 150/000. Livro. A-006. Matinhos (PR). 19 de agosto de 2004.

ARAUJO, Gilda Cardoso de. A relação entre federalismo e municipalização: desafios para a construção do sistema nacional e articulado de educação no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 1, Abr. 2010, p. 389–402. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/nM9LdyqZMmG67sNFpTJdCfj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília – DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. FUNDEB: histórico. Brasília, c2017. Disponível em: www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/historico.

Acesso em: 28 out. 2021. BRASIL. (1996). **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília – DF. 1996.

FELDMAN, Ariel. Municipalização do ensino fundamental no Brasil e imaginário de democracia (1985-1990). In: **REUNIÃO NACIONAL DA ANPED**, 38., 2017, São Luís/MA. **Grupo de Trabalho: GT05 - Estado e Política Educacional – Trabalho 159**. São Luís/MA, PPGEDUC / UFPA, 01 a 05 de outubro de 2017.

GUILHERME, Regina Aparecida Messias; TOZETTO, Suzana Soares. **Educação em espaços não formais**. Ponta Grossa: UEPG, Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância – NUTEAD, 2012.

MAIA, Karla Vanessa Alves; CORDEIRO, Lúcia Edriana de Sousa; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. O fechamento de escolas rurais: a verdadeira essência do movimento de nucleação. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2019, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, UFC, 2019.

MELO, Maria de Fátima Da Silva; FERNANDES, Sheila Beatriz da Silva; OLIVEIRA, Francisca de Fátima Araújo. Federalismo, descentralização e municipalização: desafios das políticas públicas para a gestão educacional. **HOLOS**, v. 3, set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2017.5768>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5768/pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

RAMOS, Daniele. **Associação Comunitária do Guaraguaçu (ACOMÇU): uma história a ser contada**. 2017. 38 p. Monografia (especialização) - Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Curso de Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/56320>. Acesso em: 1 nov. 2021.

REICHENBACH, Vanessa. **Fechamento das escolas do campo no Estado do Paraná (1997 – 2017): violação do direito a educação**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

RODRIGUES, João. **Rafael Da Silva Xavier | Memória IBGE**. Ibge.gov.br, 2021, memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/galeria-de-presidentes/20970-rafael-da-silva-xavier.html. Accessed 15 Oct. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Diretoria Geral da Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 897, de 06 de março de 1997** autoriza a mudança de jurisdição de Escolas Estaduais para o Município de Pontal do Paraná Ref. Ao Prot. N. 2.869. 1300/97 – Parecer 277/97.

SANFELICE, José Luís. Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 85, p. 1391–1398, 2003. Disponível em: www.scielo.br/j/es/a/gbbDzdJ5JMVSMltC57qZ9L/?lang=pt,10.1590/s010173302003000400015. Acesso em: 19 out. 2021.

SANTOS, Jussara Maria Tavares Puglielli. **O processo de municipalização no estado do Paraná**. Educar, Curitiba, n. 22, p. 257-279, 2003.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.



Anexo - Moradores Colaboradores:

Amós Pereira Ramos – morador, aluno e pai de aluno

Antônio Ramos Filho – morador, aluno e pai de aluno

Claudinéia Constante – moradora e aluna

Conceição Vieira Ramos Constante –moradora, aluna e mãe de alunos

Eliana Correia do Nascimento - Coordenadora responsável pelas Escolas Rurais do Litoral de 1988 á 1994.

Elizabete Bettencourt Ferreira – moradora e aluna no ano de 1974

Evaldo Alves Pereira – morador e aluno

Jacira Silveira – de 1990 a 2004 professora da Escola Rural Estadual do Guaraguaçu de 2005 a 2007 responsável pelas Escolas Rurais de Pontal do Paraná de 2013 a 2021 e Diretora do CMEI Francisco Antônio Vieira

Jonas Ramos (in memorian 29/05/1977-21/07/2021) – morador e aluno

Juniar Cordeiro Teodoro Soberay – moradora e professora professora do ano 1998 a 2000

Laura Antônio de Oliveira – moradora e aluna, estudou em 1970, mãe de alunos

Maria Leoni Pereira Ramos – moradora e mãe de aluno

Marina Ramos Pereira – moradora e mãe de aluno

Waldirene dos Santos Ramos Fortes – moradora, nascida na escola, aluna e mãe de alunos.